

O MAÇOM NA POLÍTICA - (Um pouco do passado na história; Uma visão crítica do presente e perspectivas sobre o futuro)

Fonte: Cidade maçônica - julho/2007

I - INTRODUÇÃO

Inobstante a imperfeição ser uma característica inata do ser humano, uma caminhada pelo passado sempre produz lições para repetir e aprimorar os acertos e as virtudes nas ações do presente e nas planejadas para o futuro, contribuindo, sobremaneira, para que erros, se ocorridos, sejam evitados ou, pelo menos, minimizados a tal ponto que não se sobreponham às conquistas alcançadas.

O Maçom, buscando de forma incessante o conhecimento, e assim agindo como um átomo da humanidade e com a visão sempre voltada para a universalidade, tem a vantagem de superar-se constantemente e a capacidade de repartir os frutos benfazejos dessa superação e do aprendizado maçônico, com os membros de sua família, com os Irmãos de sua Fraternidade, com a sua comunidade, com seu País e, não duvidem, com o mundo.

O propósito desse ensaio, apresentar uma opinião sobre o papel do Maçom no exercício da Política, entendendo-se esta como aplicação na prática da nobre ciência da conversa, do entendimento e da arte de viver um em boa comunhão com o outro, passa inevitavelmente por lances históricos do País que tiveram, de algum modo, a interferência de pensamentos e atitudes maçônicas.

Mas esse passeio pela história não tem a pretensão, nem poderia e não seria esse o sentido do trabalho, de esgotar a descrição dos fatos que aconteceram ao longo dos séculos.

Também não pretende tomar partido, apontar quem estava certo ou errado, se deveria ter sido daquela maneira ou se seria melhor ter acontecido de outra. Apenas quer lembrar e elencar alguns episódios, para tentar demonstrar que o Maçom, como homem e cidadão, teve participação, muitas vezes decisiva, em fatos históricos importantes que compuseram a vida do Brasil e de seu povo.

E daí, usando a plataforma do passado, procurar lançar perspectivas para o futuro, em termos de idéias sobre como deve ser a participação do Maçom na Política e que destaque deve ter, nesse contexto, o jovem Maçom formado no seio das Lojas Acadêmicas.

II - ALGUNS EPISÓDIOS DA HISTÓRIA

O descontentamento dos brasileiros com o domínio da Colônia Portuguesa tomou força com o movimento intelectual do final do século XVIII que, aliado aos movimentos europeus, notadamente na França e Inglaterra, cresceu de maneira a criar o próprio levante dos brasileiros contra a tirania. Todos estes movimentos, seja na Europa ou até mesmo nos países das Américas, tiveram um vetor primordial, a Maçonaria, engajada profundamente através da luta de seus membros pela liberdade.

No Brasil, a partir de 1786, surgiram os primeiros movimentos influenciados pela bandeira da Maçonaria, principalmente a francesa, com José Álvares Maciel e

outros como responsáveis pelo surgimento dos primórdios da Maçonaria no Brasil.

a) Inconfidência Mineira

Os primórdios do movimento de libertação nascido em Minas Gerais tiveram a participação ativa de José Joaquim da Maia, estudante da Universidade de Montpelier, um grande Centro Maçônico na França, e de José Álvares Maciel, que juraram empregar todos os recursos possíveis para alcançar a independência do Brasil. O Alferes da Cavalaria, Joaquim José da Silva Xavier, Maçom iniciado na Bahia e agregado ao movimento, viajava por toda a província e conhecia de perto a miséria do povo e a tirania dos governantes. Esses, e muitos outros, eram chamados de “maçons adeptos da República” e integrantes do grupo de inconfidentes mineiros, sob a orientação dos poetas Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Inácio Alvarenga Peixoto.

Os esforços dos conjurados, notadamente os de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, frustraram-se em 15 de Março de 1789, em virtude da denúncia do também conjurado Joaquim Silvério dos Reis, tendo sido praticamente todos levados à execução ou ao degredo, em 1792, com o realce da morte de Tiradentes por enforcamento.

b) A Conjuração Baiana (1799)

Os conjurados baianos, imbuídos dos ideais da Revolução Francesa, desejaram implementar a República. Idealistas autênticos, seguiram um programa de ação claramente de origem maçônica, pois lutaram pela liberdade de pensamento e religião, abolição da escravatura, e instalação de um regime democrático baseado na igualdade geral de direitos.

Não houve indulto algum aos trinta e quatro réus julgados (o movimento envolveu mais de seiscentas pessoas), e o menor castigo cominado foi o degredo.

Em 05 de novembro de 1799, eram condenados Lucas Dantas de Amorim Torres, João de Deus Nascimento, Manoel Faustino dos Santos, e Luis Gonzaga das Virgens, tendo todos sido executados por enforcamento na manhã do dia 08 do mesmo mês.

c) A Revolução Pernambucana (1817)

Mais uma vez os ideais republicanos tomam conta do coração de maçons brasileiros. A revolução iniciou-se com um incidente em um quartel da artilharia, quando o capitão José de Barros Lima mata um brigadeiro português e liberta os presos políticos. No dia seguinte, 07 de março, constitui-se um governo provisório, composto do padre João Ribeiro de Melo Montenegro, capitães Domingos Teotônio, Jorge Martins Pessoa, João Luis de Mendonça, coronel Corrêa de Araújo e Domingos José Martins e o padre Miguelinho, todos maçons.

Medidas liberais foram decretadas, como a adoção de uma bandeira republicana e a elaboração de um projeto de Constituição, na qual se incluía a tolerância religiosa e a emancipação da escravidão.

Mais uma vez a rebelião foi reprimida e seus conjurados executados, sobrepondo-se novamente o regime monárquico.

Um outro nome de proa nesse movimento, além dos maçons mencionados, foi o de

Antonio Carlos de Andrada e Silva, irmão de José Bonifácio de Andrada e Silva, levado preso para a Bahia, longe do palco da insurreição.

d) A Independência (1822)

"A Independência do Brasil foi realizada à sombra da acácia, cujas raízes prepararam o terreno para isso..." (História Secreta da Maçonaria - Cristiano Barroso)

A independência do Brasil começou a ser desenhada com a volta de Dom João VI a Portugal, deixando seu filho, Pedro de Âlcantara, como príncipe regente.

O príncipe Dom Pedro, jovem e voluntarioso que aqui permanece, foi envolvido por homens de bem, maçons que constituíam a elite pensante e econômica da época.

Em 09 de janeiro 1822, o maçom José Clemente Pereira pronuncia um eloquente discurso pedindo ao príncipe que não volte a Portugal. Dom Pedro concorda e fica, tornando-se essa data conhecida como o "Dia do Fico".

No dia 13 de maio de 1822, os maçons fluminenses, sob a liderança de Joaquim Gonçalves Ledo, por proposta do brigadeiro Domingos Aires Barreto, outorgam ao príncipe o título de Defensor Perpétuo do Brasil, oferecido pela Maçonaria e pelo Senado. Ainda em maio, no dia 22, aconselhado pelo maçom José Bonifácio de Andrada e Silva, Dom Pedro assina o "Decreto do Cumpra-se", no qual nenhum decreto português valeria no Brasil sem o seu "cumpra-se".

Em 02 de junho de 1822, Dom Pedro ouve dos maçons Joaquim Gonçalves Ledo e Januário Barbosa, o clamor por uma Constituição brasileira. Dom Pedro expõe a seu pai, Dom João VI, já em Portugal, que o Brasil deveria ter sua Corte, convocando assim a Assembléia Constituinte, passo de suma importância para a Independência do Brasil.

A Loja Maçônica Comércio e Artes, em sessão memorável de 17 de junho de 1822, resolve criar mais duas Lojas pelo desdobramento de seu quadro de obreiros, surgindo as Lojas "Esperança de Niterói" e "União e Tranqüilidade", constituindo-se três lojas e possibilitando a criação do Grande Oriente Brasileiro, o qual depois viria a ser denominado Grande Oriente do Brasil. José Bonifácio é eleito o primeiro Grão Mestre, tendo Joaquim Gonçalves Ledo como Primeiro Vigilante e o padre Januário Cintra Barbosa como grande orador. Dom Pedro é iniciado na Loja Comércio e Artes, em 02 de agosto de 1822, tendo como padrinho José Bonifácio. Apenas três dias depois, em 05 de agosto, é aprovada a exaltação de Dom Pedro ao grau de mestre, em uma manobra política de Ledo, que ocupava a presidência dos trabalhos, possibilitando-se que, em 04 de outubro do mesmo ano, o imperador fosse eleito e empossado no cargo de grão mestre do Grande Oriente do Brasil.

Em 07 de setembro, assim reza a mais conhecida história, voltando de Santos para São Paulo, junto a uma pequena comitiva, encontrava-se Dom Pedro nas colinas do Ipiranga, às margens de um riacho, quando recebeu o correio da Corte, que lhe trazia notícias urgentes de José Bonifácio. Após tomar conhecimento do conteúdo, declarou: "As cortes me perseguem, chamam-me com desprezo de rapazinho e de brasileiro. Verão agora quanto vale o rapazinho. De hoje em diante estão quebradas as nossas relações. Nada mais quero do Governo português e proclamo o Brasil para sempre separado de Portugal".

No dia 04 de outubro de 1822, dia em que Dom Pedro tomou posse do cargo de Grão Mestre do Grande Oriente do Brasil, Joaquim Gonçalves Ledo redigiu uma nota patriótica ao povo brasileiro: "Cidadãos! A liberdade identificou-se; a natureza nos grita independência, a razão nos insinua; a Justiça o determina; a glória o pede; resistir-lhe é crime, hesitar é dos covardes, somos homens, somos brasileiros. Independência ou morte!"

e) A Guerra do Farrapos(1835)

Em um período regencial, marcado por agitações internas, ocorreu em 1835 a Revolução Farroupilha, ou Guerra dos Farrapos, na Província do Rio Grande do Sul. Largamente influenciada pela Maçonaria, nela se destacou o nome do General Bento Gonçalves da Silva, chefe militar do movimento e uma das figuras mais representativas da província. Também de grande influência e participação nesse levante, o nome do revolucionário maçom Giuseppe Garibaldi.

f) A Abolição da Escravatura

A Maçonaria prega a abolição da escravatura negra, criando Lojas e difundindo os ideais abolicionistas, mas encontrando, todavia, dificuldades junto aos senhores de escravos.

Em 1881, a Maçonaria faz uma grande conquista: a Lei do Ventre Livre, na qual os nascidos no Brasil ficavam livres. Em 25 de março de 1884, são redimidos os negros sexagenários. Nesse mesmo dia, no Ceará, o Governador da Província, o Maçom Sátiro Dias, foi o primeiro a emancipar seus escravos.

Nesse processo abolicionista, criado por Maçons, destacaram-se, dentre outros, grandes figuras, como Rui Barbosa, Rodrigues Alves, Joaquim Nabuco, Castro Alves, Afonso Pena, Francisco Glicério, Bernardino de Campos (Patrono da Loja que leva seu nome e à qual pertencem os autores deste ensaio).

No mesmo ano de 1884, aos 17 dias de maio, o jornal gaúcho "A Federação" publicou que os Irmãos da Loja Maçônica Luz e Ordem estavam promovendo a libertação dos seus escravos.

Finalmente, a 08 de maio de 1888, o ministro da agricultura, o Maçom Rodrigo Silva, apresenta o projeto de abolição, sancionado pela Princesa Isabel, filha do Imperador Dom Pedro II, em 13 de treze de maio do mesmo ano, declarando-se assim extinta a escravidão negra no Brasil.

g) A Proclamação da República (1889)

Movimentos anteriores, como a Inconfidência Mineira e a Revolução Pernambucana, já visavam o regime republicano para o Brasil.

Em 1870 foi criado um clube republicano e três anos mais tarde, em São Paulo, criado o Partido Republicano que, embora não empolgasse muito a sociedade, elegeu três deputados para a Assembléia, em 1875.

Posteriormente, os republicanos convencem Deodoro da Fonseca a chefiar a revolução, enquanto a imprensa ataca fervorosamente a Monarquia.

Na tarde de 14 de novembro de 1889, é propagada a falsa notícia de que Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant e outros oficiais seriam presos. Diante disso, o movimento se acelera e o governo tenta se defender com as tropas julgadas fiéis.

Na madrugada do dia 15, no Rio de Janeiro, Deodoro e Benjamin, frente às tropas, reúnem-se e tomam posição ante o Quartel General.

Floriano Peixoto não cumpre as ordens do Visconde de Ouro Preto, para atacar os republicanos. Os portões foram abertos e o ministério de Ouro Preto é deposto.

Foi uma atitude decisiva, afirmando Deodoro da Fonseca que "outro ministério seria logo organizado e de acordo com as indicações que ele próprio levaria ao Imperador".

Estas indicações foram levadas ao Imperador, às três horas da tarde do 15 de novembro, no Paço da cidade. No mesmo dia, o Imperador deposto resolveu que voltaria para a Europa com toda sua família, transformando-se o antigo Império Brasileiro em República dos Estados Unidos do Brasil.

Como é de fácil percepção no breve resumo histórico apresentado, a Maçonaria influiu politicamente nos mais importantes movimentos revolucionários e libertários brasileiros. É claro que contribuíram para isso, toda uma ideologia e um clima revolucionários da época, não apenas no Brasil, nos quais ela estava bastante envolvida, principalmente por causa de seus ideais de liberdade. Mas foi de fundamental importância, entretanto, o papel catalisador da Maçonaria na congregação das idéias, dando-se a oportunidade para a reunião, o desenvolvimento e a aplicação das ideologias nos movimentos. Uma concepção, infelizmente, bastante esquecida atualmente, realidade que leva a repensar os objetivos da Maçonaria, no que tange ao seu papel, e de seus membros, como agentes participantes da Política.

III – UMA VISÃO CRÍTICA DO PRESENTE

É de todos sabido que a Maçonaria tem com um dos princípios basilares a universalidade, não se cingindo o papel dela, como instituição, e a do Maçom, como seu integrante, a perímetros limitados de atuação.

Mas estaria a Maçonaria, e por consequência, os Maçons, representando um papel que tão bem representaram no passado? Mais ainda se pergunta: (i) como o mundo sofreu mudanças brutais; (ii) como a população cresceu e as relações geopolíticas se transformaram assustadoramente; (iii) como um ingrediente novo, a informática, tomou de assalto praticamente todas as atividades desenvolvidas pelo ser humano, estaria a Maçonaria, e os Maçons, representando, ou pelo menos, se preparando para representar um papel de destaque no mundo político dos Tempos de Globalização?

Em sua obra “Maçons e Maçonaria – Uma Análise”, da Ed. A Trolha, o autor, Irmão Frederico Guilherme Costa, questiona se a Maçonaria brasileira tem uma posição frente ao processo de globalização, considerando que ela, por excelência, é parte de um todo que é uma instituição universal com uma doutrina de paz, prosperidade, solidariedade, justiça e igualdade; considerando que ela há muito se assenta no trinômio Liberdade, Igualdade e Fraternidade e há muito propugna por uma sociedade justa e perfeita.

Se pairar a dúvida, isto é, se pensar-se que Maçonaria, mais ainda a brasileira, não está engajada e nem está preparada para a globalização, não estaria ela contradizendo seu nobre princípio de universalidade?

Parece ser consensual que nem a Maçonaria hoje, e nem seus integrantes, os Maçons, estariam tendo participação efetiva e decisiva nos caminhos da história, e portanto, da Política, como aconteceu no passado. Pelos menos não estariam tendo essa participação com os ideais maçônicos, levados das colunas da Loja para fora, para o mundo físico e político. Parece consensual que a Maçonaria já teve fases mais produtivas, tanto politicamente, como socialmente.

O Irmão Frederico Guilherme Costa, na obra acima mencionada, de uma forma um tanto quanto inflamada, lança que “A verdade é que não basta a retórica pura e simples, muitas vezes brilhante, ouvida nas Lojas ou nas proclamações canhestras que não colocarão a Maçonaria brasileira no lugar de destaque que ela sempre teve no passado. É preciso muito mais e este muito mais significa trabalhos cooperativos com a sociedade como um todo. Não é a Maçonaria que precisa fazer, mas são os Maçons que precisam colaborar dentro das suas múltiplas especificidades”.

E essa visão crítica do papel político do Maçom, atualmente, com destaque para o Maçom brasileiro, é que se põe em discussão.

IV – UM BREVE ARRAZOADO SOBRE POLITICA E SOBRE MAÇOM NA POLÍTICA

Não obstante as várias definições acerca do termo Política, o que se extrai, fundamentalmente, é a idéia de promoção do bem estar e do progresso da sociedade, através de quaisquer tipos de ações tendentes a tanto. Imagina-se, até por certo comodismo, que fazer política seja tão somente a ocupação de cargos eletivos no Poder Legislativo e Executivo, sendo essa ocupação apenas uma parcela da referida atuação. Como se mencionou acima, fazer política pode ser muito mais abrangente do que isso, cabendo ao Maçom decidir sobre sua participação na sociedade, principalmente com o uso das ferramentas de sua profissão e de seus conhecimentos específicos.

Viver em sociedade é participar dela, atuando politicamente no seu desenvolvimento. Aquele que se omite, na verdade, está, de forma leviana, querendo se isentar dos deveres de cidadão. Especialmente o Maçom, como microcosmo, possui em si mesmo a capacidade de ajudar a criar e desenvolver um mundo melhor para todos, um mundo de justiça e equilíbrio, de entrosamento e ajustamento de contrastes e contradições, um mundo destacado pelo amor e pela fraternidade humana.

Destarte, torna-se evidente e necessária a intervenção do Maçom na sociedade, através da atuação política, já que esta tem por função defender e harmonizar o convívio social. “A proposta maçônica de melhorar a condição humana através do trabalho eticamente reconhecido, é uma condição política, sem dúvida.” (citação do Irmão Frederico Guilherme Costa). E poderia acrescentar-se a essa assertiva que cabe ao Irmão Maçom levar essa proposta para a sua comunidade, para a sua cidade, para o seu País, e, porque não, para o mundo. Obviamente, em perfeita sintonia com o raciocínio de o candidato entrar na Maçonaria; a Maçonaria entrar no iniciado e, por conseguinte, ele levar a Maçonaria, não como Instituição, mas como um conjunto de princípios a ela inerentes, para o mundo político.

Portanto, o verdadeiro Maçom, mesmo que não aspire a cargos eletivos, e realmente não pode apenas almejar a tanto, deve cumprir com o seu papel na sociedade, atuando politicamente, mediante ações sociais com a intenção de promover o bem-estar a todos, melhorando a qualidade de vida das pessoas em condições sociais desfavorecidas. Assim, participação nos mais variados quadros da Administração Pública, bem como intervenções em outras frentes paraestatais, tais como associações comunitárias, clubes de serviços, entidades filantrópicas diversas, ONGs, e outros, também são uma forma de atuação política, com o objetivo de trazer bem estar às pessoas que receberão este tipo de ajuda.

Desenvolvendo um pouco mais sobre a participação do Maçom na vida pública nacional, a ocupação de cargos no Poder Público, tal como no Poder Judiciário, proporcionarão ao Maçom, desejoso de Justiça, e efetivo defensor da liberdade, a oportunidade de distribuir a justiça com coerência e promover a igualdade entre partes diferentes, já que esse é o norte dos que atuam nos ramos diversos do Direito, o que não deixa de ser, de alguma forma, uma atuação política e uma importância para o cenário político de nosso país.

Além disso, muitos outros quadros da Nação que não possuem tão grande visibilidade, requerem e precisam de bons ocupantes. O Maçom, com habilidades e conhecimentos nas mais diversas áreas, deve-se sentir compelido a ingressar em tais atividades. São inúmeras as instituições e órgãos executivos de apoio ao país, tais como, instituições financeiras de fomento regionais, órgãos ambientais, empresas estatais, entre outras.

Como se observa, são diversas as possibilidades de atuação política para quais o Maçom pode contribuir, sendo que o esperado e o ideal seria manter os iniciados em diversas frentes, atuando conforme os princípios maçônicos, contribuindo de maneira contundente para o aprimoramento de toda a sociedade, atitude essencial para atingir-se o objetivo de a Maçonaria voltar a ter destaque na cena política do país

V - PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO UM CAPÍTULO À PARTE SOBRE O MAÇOM DAS LOJAS UNIVERSITÁRIAS NA POLÍTICA

Com o surgimento dos partidos políticos, isso em meados do século XIX, a Maçonaria deixou de ser, em grande parte, aquele canal através do qual as reivindicações sociais se materializavam.

Mas isso não impede que um Maçom, se desejar, através de um partido político, se habilite a um cargo na vida política, sendo que essa atitude tem até mesmo o apoio da Constituição do Grande Oriente do Brasil que, em seu artigo 33, inciso XIV, estabelece como um dos direitos do Maçom, a possibilidade dele “solicitar apoio dos Irmãos quando candidato eletivo no mundo profano.”

Embora não se permita, sob qualquer hipótese, até por impedimento legal, o patrocínio de candidatos pela Ordem, e pela Loja, é claro, nada impede que o candidato, na qualidade de Maçom, solicite apoio aos Irmãos da Loja, mas sempre na qualidade de candidato profano em pleno gozo de seus direitos civis e políticos.

A perspectiva é que Maçons, através dos mecanismos próprios, que não a Maçonaria, lancem-se como candidatos nas diversas esferas da vida pública, mas carregando nessa empreitada, para aplicar firmemente na carreira ou cargo

abraçados, os princípios da Maçonaria. Que eles tenham a clara e convicta responsabilidade acerca desses princípios e que os apliquem com a mais sincera dignidade em prol do desenvolvimento das pessoas para as quais seus trabalhos serão dirigidos.

E aqui cabe um capítulo à parte para as Fraternidades Acadêmicas, cujo surgimento propiciou à Maçonaria tradicional dar um grande e fundamental passo para a sua existência futura. A iniciação de jovens em idade acadêmica, como nos áureos tempos onde jovens recém formados eram iniciados (Rui Barbosa e outros), é de extrema importância para a Ordem em geral, e mais ainda para a sociedade.

Hoje a Maçonaria participa da formação de centenas de jovens iniciados nas Lojas Fraternidades Acadêmicas. O que se espera desses jovens no futuro próximo? Se, como visto, a Maçonaria já foi berço de grandes homens, a grande maioria em tenra idade, que ajudaram a escrever a história do País, dela tomando parte através de grandes feitos, poderiam as Fraternidades Acadêmicas contribuir para a Ordem voltar a ocupar posição de destaque no cenário político?

Nas palavras do saudoso Irmão Rubens Barbosa de Mattos, “longe de criar “maçons modelos” para substituir velhos cansados, já que, definitivamente, não foi esse o intuito da criação dessas Fraternidades, o que se pretende com as Acadêmicas é a criação de um vínculo entre jovens que, espera-se, estarão em breve dirigindo o Brasil e com mais tempo de Maçonaria para se dedicarem ao progresso da humanidade.” (in FRATERNIDADE ACADÊMICA – DO SONHO À REALIDADE, trabalho do Irmão Rubens Barbosa de Mattos).

Na verdade, ressentia-se a falta de jovens educados com a moral maçônica, formados pela Maçonaria e com capacidade de participar ativamente do cotidiano político da Pátria. O jovem iniciado na Lojas Acadêmicas, certamente crescerá norteado pelos princípios e pela filosofia maçônica, aliados com um atualizado aprendizado universitário, fazendo com que o seu desenvolvimento venha a florescer com a ajuda providencial da Maçonaria, acarretando, por certo, a participação de muitos desses jovens na vida política. A Ordem verá, dessa maneira, um integrante de seus quadros aplicando seus princípios, enquanto a sociedade será agraciada com um representante de extremo valor, com o senso de dever aguçado pela filosofia maçônica que cresce em seu interior. E, como consequência, formar-se-á o maçom-político de integridade moral e caráter que o tornarão exemplo.

Acredita-se, fielmente, que o advento das Lojas Acadêmicas foi um passo importantíssimo para a consecução dessas perspectivas para o futuro, isto é, de materialização da participação do Maçom na Política, mas sempre com a responsabilidade da aplicação dos ensinamentos maçônicos na arte do exercício político.

No entanto, esse não é um objetivo que será alcançado a curto prazo, já que as Lojas acadêmicas não possuem muito tempo de existência, embora já com 26 (vinte e seis) Lojas constituídas (dados do GOSP, março de 2004), o que torna as Lojas Acadêmicas uma realidade que aos poucos tem mostrado seu valor, através da qualidade de seus membros.

Não é ambição alguma, dentro de um prazo médio, existirem Maçons iniciados nas Lojas Acadêmicas atuando em posições de destaque na vida pública, inclusive nos cargos eletivos.

Cabe aos iniciados nas Lojas Acadêmicas, que tiveram e terão a oportunidade de ingressar tão jovens na Ordem Maçônica, a responsabilidade de tornarem esse sonho uma realidade, atuando na política de forma consistente e promissora.

As Lojas Acadêmicas, na visão de futuro do irmão Rubens Barbosa de Mattos, e de outros que também colaboraram para esse projeto, serão em breve referência de formação de homens de excelência, berço de líderes e além de cumprir o objetivo de tornar a maçonaria atrativa aos jovens, que no entender do referido irmão Rubens era o principal objetivo, já que o jovem não encontrava ambiente apropriado aos seus anseios nas lojas tradicionais, serão também um importante vetor de destaque à Augusta Ordem.

VI – CONCLUSÃO

É sempre importante registrar que a Maçonaria não é uma agremiação política e que ela não deve patrocinar candidatos. Que uma Loja Acadêmica não é um grêmio estudantil e muito menos uma célula de um partido político.

É o Maçom que deve, pelos canais legais próprios, que não uma Loja, lançar-se e atuar na Política, e não a Maçonaria como Instituição. A importância da Maçonaria, na participação política ativa de seus membros, está na transmissão de seus valores para o iniciado que deles deverá saber fazer uso, enquanto no exercício de um cargo público.

Cabe ao Maçom, zeloso que é pelos rumos do país, discutir e analisar as questões que assolam a Pátria, e preferencialmente, propor melhorias. Deve-se garantir que tais confrontos de idéias sejam sempre realizados pelos Irmãos e, sem dúvida, tal participação ganha especial vulto nas Lojas Acadêmicas.

O estudo dos rituais, da simbologia, é essencial, já que, através deles, o Maçom recebe e entende os nobres valores que a Maçonaria busca perpetuar. Contudo, não deve ser apenas este o objetivo de uma Loja, muito menos de uma Acadêmica. Nos momentos adequados, tais como no importantíssimo Copo d'água e mesmo em outros que não coincidam com dias da Loja Regular, é apreciável a discussão saudável sobre temas políticos. O exercício da política não pode prescindir do confronto de idéias, bem como não pode ser visto com algo estático. A Política está sempre em movimento, em evolução.

Dentro desta concepção de fazer política, para que as visões se propaguem, é interessante que o Maçom, quando sentir que elas estejam amadurecidas, as exponha. Para tanto, mister se faz que o Maçom as reproduza, principalmente através de textos, jornais, o que estimulará cada vez mais o confronto de idéias, bem como seu alcance e eventualmente o contato entre os Irmãos dos mais variados locais. Obviamente que o faça, sempre como um cidadão, imbuído de espírito maçônico, mas sem expor a Maçonaria, enquanto instituição.

Tal disposição em sempre discutir a política ensejará a formação de novos líderes e esse papel é esperado das Lojas Acadêmicas.

Enfim, lembrando mais uma vez o Irmão Rubens Barbosa de Mattos, não se trata de fazer uma revolução na Maçonaria. Quer-se apenas resgatar esse lado, mesmo que parcialmente, de participação ativa de membros da Ordem nos rumos do País. Para tanto, têm as Acadêmicas papel primordial, justamente por propiciar desde cedo

uma formação aos jovens imbuída dos valores maçônicos.

Bibliografia

- Ritual do Primeiro Grau - Aprendiz - GOB;
- GOMES M. A Maçonaria na História do Brasil, Editora Aurora, Rio de Janeiro - RJ , 1975;
- CASTELLANI, José. Os Maçons Que Fizeram a História do Brasil, A Gazeta Maçônica, São Paulo - SP;
- BANDECCHI, Brasil. A Bucha, A Maçonaria e o Espírito Liberal, Livraria Teixeira, São Paulo - SP, 1978;
- Constituição do GOB;
- COSTA, Frederico Guilherme. A Maçonaria na Universidade, São Paulo - SP;
- MATTOS, Rubens Barbosa de. Fraternidades Acadêmicas: Sonho à Realidade;
- FERREIRA, Tito Lívio. A Maçonaria na Independência do Brasil, Volumes I e II, Segunda Edição, Editora Biblos, São Paulo - SP, 1992;
- ASLAN, Nicola, Bibliografia de Grandes Maçons, Editora MAÇÔNICA, Rio de Janeiro-RJ, 1973;
- COSTA, Frederico Guilherme - Maçons e Maçonaria - Uma análise - Ed. A Trolha.